

24 ABR 1988

24 ABR 1988

JORNAL DO BRASIL

ICM ampliado ajudará a fortalecer estados

BRASÍLIA — O novo sistema tributário, aprovado na semana passada pela Constituinte, tem quatro qualidades fundamentais, na avaliação do deputado José Serra (PMDB-SP): é moderno, promove a justiça fiscal, rompe a dependência financeira de estados e municípios em relação à União, e serve como instrumento de controle dos gastos do governo. Serra, com sete outros constituintes — Francisco Dornelles (PFL-RJ), César Maia (PDT-RJ), Fernando Coelho (PMDB-PE), Benito Gama (PFL-BA), Osmundo Rebouças (PMDB-CE), Mussa Demes (PFL-PI) e Firmo de Castro (PMDB-CE) —, estruturou o texto cuja votação terminou na quinta-feira.

A modernidade, segundo Serra, advém de uma atenção ao espírito da reforma patrocinada por Roberto Campos em 1966, quando se perseguiu a extinção dos impostos que incidem em cascata, que são impostos cobrados pela União. A fusão dos cinco impostos únicos — sobre transportes, combustíveis e lubrificantes, minerais, energia elétrica e telecomunicações — e do Imposto sobre Serviços (ISS) ao ICM, fazendo surgir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) atuou nesse sentido, diz o deputado. Toda essa receita irá para o cofre dos estados, quando pelo sistema atual a União ficava com parte dos impostos únicos.

Proteção — A justiça fiscal aparece no dispositivo que determina a cobrança de imposto sobre todas as classes de renda. Parlamentares, militares e juí-

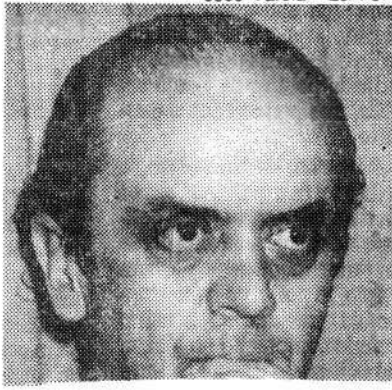
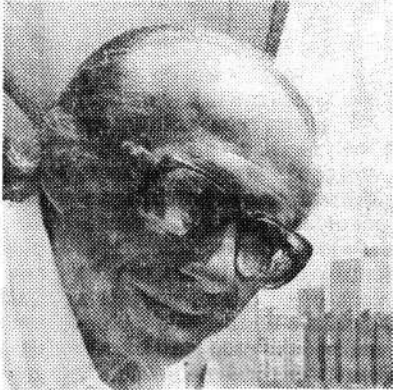
zes perdem assim o privilégio de não pagar imposto. O contribuinte costumava, livre de conviver com a discriminação, ganha também maior proteção contra a voracidade fiscal da União e dos estados, que não poderão mais instituir empréstimos compulsórios sem autorização do Congresso ou das Assembléias Legislativas. E mesmo assim, o empréstimo está condicionado a atender aos casos de calamidade pública, guerra externa e investimento de relevante interesse nacional.

A presença de prefeitos e governadores em Brasília, implorando recursos ao governo federal, passa a ser igualmente uma atitude do passado. Com a ampliação do acesso de estados e municípios à mais qualificada equação tributária do governo federal, que é a soma das receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, a dependência financeira — e, portanto, política — dessas unidades em relação à União se reduzirá substancialmente.

A partilha dos recursos dos fundos de participação obedecerá ao critério inverso ao da renda per capita, fazendo com que estados e municípios do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste absorvam 70% dos recursos a serem distribuídos. Tal particularidade resultou no apoio maciço dos constituintes dessas regiões ao texto tributário. Em compensação, o Sudeste e o Sul ganharam com o adicional de 5% do Imposto de Renda incidente em operações financeiras.

Murilo Menon - 10/1/88

José Varela - 29/4/87



Campos: contra o centralismo



Serra: justiça fiscal

Campos elogia reforma fiscal

O antigo sistema tributário do país entrou nos estertores na noite de quinta-feira, sem que seu criador, o senador Roberto Campos (PDS-MT), manifestasse qualquer comoção. Circunspecto, ele se debruçou sobre sua mesa de votação na Constituinte e, de pé, registrou o voto para o último dispositivo do capítulo do Sistema Tributário. O velho texto sobreviverá mais alguns meses, até a promulgação da nova Carta. Depois será peça de museu, a ostentar as assinaturas dos ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Castello Branco, Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos. “É melhor que seja assim, este novo texto é muito mais perfeito”, comentou o senador.

Campos não integrou o grupo de constituintes-tributaristas que construíram o novo sistema tributário nacional, mas votou com eles em quase todos os pontos. Na noite de quinta-feira, o senador matogrossense qualificou o trabalho de “muito positivo” e aproveitou para um desabafo: “Este texto tem louvor porque combate o centralismo tributário, centralismo que não é filho da reforma tributária de 1966, mas sim de deturpações introduzidas no código pelos ministros do governo seguinte”.

Chafarizes — Os ministros a que se refere Campos são o deputado Delfim Netto e o professor João Paulo dos Reis Velloso, que ocuparam as pastas da Fazenda e do Planejamento no governo Costa e Silva. Segundo o senador, eles decidiram cassar os recursos dos municípios, dizendo que os prefeitos “gastavam tudo com a construção de chafarizes”. Para Campos, “é saudável a disposição da Constituinte de descentralizar os re-

ursos tributários, já que isso reduz a chance de a União cometer macro-erros, por ter muito fôlego financeiro”.

Roberto Campos espera que a reforma da Constituinte estabeleça uma relação de cobrança entre a comunidade de contribuintes e os governos estaduais e municipais, “assegurando a qualidade dos investimentos públicos”. Este, de acordo com Campos, era o principal objetivo da reforma de 1966. Só posteriormente é que a reforma passou a atrelar politicamente os estados e os municípios à União.

Por quê? — O senador assegura que até hoje ninguém lhe explicou, com argumentos tributários convincentes, por que o governo Costa e Silva colocou o fundo especial para fomento econômico das regiões mais pobres, sob gestão do governo federal. Afirma ainda que nunca apoiou os governos militares na decisão de transferir para os cofres da União as receitas advindas da cobrança do Imposto Territorial Rural — que deveria ser recolhido pelos municípios — e do Imposto único sobre Combustíveis e Lubrificantes — originalmente destinado a uma divisão entre estados e municípios.

Por tudo isso, Roberto Campos diz ter “motivos para elogiar o novo texto”, discordando somente da criação do adicional de 5% sobre o Imposto de Renda incidente nas operações financeiras, por este significar um reforço da tendência progressivista do sistema tributário. O critério de “quem ganha mais deve pagar mais” é, na opinião do senador, ultrapassado. “Na área tributária, estamos na era da proporcionalidade, onde as classes de renda devem ser penalizadas equitativamente”, ensina.